



## Efeitos de identificação imaginária com a língua inglesa em recortes de depoimentos sobre a formação universitária

### *Effects of imaginary identification with the English language in excerpts of open responses about university education*

Maralice de Souza Neves

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
maraliceneves@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-1281-0118>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar e discutir, a partir de questões relacionadas ao inglês como *lingua franca* (ILF) apresentadas por autores da área de Linguística Aplicada (GIMENEZ *et al*, 2011, 2015; RAJAGOPALAN, 2011; SEIDLHOFER, 2003; WIDDOWSON, 1994), recortes de dizeres de quatro estudantes de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP sobre suas relações com a língua inglesa em sua formação e para sua futura profissionalização. O *corpus* foi produzido por meio de depoimentos abertos para um estudo de caso, conforme a proposta metodológica do projeto AREDA – Análise de ressonâncias discursivas em depoimentos abertos (SERRANI, 2001). As análises foram pautadas em teorias do discurso das linhas francesa e brasileira que têm na concepção de sujeito o atravessamento da psicanálise (GHIRALDELO, 2009; GRIGOLETTO, 2008, 2009; PÊCHEUX, 2002), e na própria psicanálise de orientação lacaniana (LACAN 2009, 1998, 1985; PRASSE, 1997; REVUZ, 1998). Para este estudo, foram pinçados dois efeitos de identificação imaginários (NEVES, 2004), que ressoaram como regulares nos dizeres dos depoentes. O primeiro é o da identificação com a concepção da língua inglesa (LI) como *commodity*, via a imagem que eles fazem do inglês como ILF, usada como instrumento para as pessoas se comunicarem em situações de trabalho e turismo enquanto, para si, é a língua que desejam possuir em seu processo de formação e certificação profissional. O segundo é o efeito da universitarização por meio do processo de implicação e sobreimplicação institucional (LOURAU, 2004; MONCEAU, 2008) que resultam numa formação acadêmica universitária para se autoalimentar.

**Palavras-chave:** ensino e aprendizagem de línguas; formação de professores; ILF; implicação; universitarização.

**Abstract:** The aim of this article is to analyse and discuss excerpts of discourse spoken by four students from the Language Department of Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP –, concerning their relationship with their education to become professionals of English teaching. The analyses are related to certain matters concerning English as a *lingua franca* (ELF) in teaching and researching in Applied Linguistics (GIMENEZ *et al.*, 2011, 2015; RAJAGOPALAN, 2011; SEIDLHOFER, 2003; WIDDOWSON, 1994). The *corpus* was elicited from open responses for a case study that followed project AREDA (Analysis of Discursive Resonances of Open Responses) methodology (SERRANI, 2001). The analyzes were based on French and Brazilian theories of discourse that take the intersection of psychoanalysis in their conception of the subject (GHIRALDELO, 2009; GRIGOLETTO, 2008, 2009; PÊCHEUX, 2002), and on Lacanian psychoanalyses itself (LACAN 2009, 1998, 1985; PRASSE, 1997; REVUZ, 1998). For this study, two effects of imaginary identification (NEVES, 2004) that resonated as regular were singled out. The first one is the identification with the conception of EL as *commodity*, based on the image they make of ELF used as an instrument for people to communicate at work and tourism. As for themselves, this is the language they desire to possess in their process of educational and professional certification. The second one is the effect of “universitarization” by the process of implication and overimplication (LOURAU, 2004; MONCEAU, 2008) which results in an academic-universitarian education to feed itself.

**Keywords:** EFL teaching and learning; teacher education; ELF; implication; universitarization.

Recebido em 30 de outubro de 2019

Aceito em 22 de janeiro de 2020

## 1. Introdução

Este artigo comporta recortes de dizeres que compõem o *corpus* de um estudo de caso que conduzi com 32 enunciadores graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).<sup>1</sup> Entre as respostas obtidas, as quais indicaram

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida em 2012, durante estágio Pós-doutoral na FFLCH-USP, sob a supervisão da Professora Doutora Marisa Grigoletto. Uma versão desse texto foi apresentada sob o título: “E a língua inglesa, quem é que a aprende?”, no evento Letras Debate: Linguagens e Ensino da FALE-UFMG, em 2013. A percepção de representações semelhantes, em 2019, em conversas informais com alunos licenciandos da FALE-

diversos efeitos de identificação imaginária, apresento alguns fragmentos de depoimentos abertos de quatro dos 32 estudantes de Letras da habilitação inglês da FFLCH, especificamente sobre suas relações com a língua inglesa (LI) em sua formação e para a futura profissionalização. Esses depoimentos foram gravados em áudio, tendo as respostas sido orientadas por perguntas abertas, conforme orientações da pesquisadora Silvana Serrani (2001) em seu projeto AREDA.<sup>2</sup> Eles fizeram suas gravações estando sozinhos, longe da presença direta da pesquisadora e tendo a liberdade de responderem às perguntas na ordem que desejassem.

Após ouvir e transcrever as gravações, busquei apreender nas respostas regularidades enunciativas que se configurassem como efeitos de identificação socializados sobre essa relação que eles mantêm com a LI, as quais caracterizo como efeitos de identificação imaginária predominantes neste contexto de formação universitária. O que entendo como identificações imaginárias são “as vozes que falam em nós [...] daqueles que tiveram e têm participação de algum modo em nossa formação, através de gestos, de textos (orais ou escritos), da memória discursiva (do que é herdado de valores e estereótipos)”, enquanto também imprimimos traços de nossas singularidades, conforme já discuti em Neves (2004, p. 251).

Tomei dois efeitos de identificação que ressoaram como regulares nos dizeres dos enunciadores para compartilhar com o leitor. O primeiro é o da identificação com a concepção da língua inglesa como *commodity*, via a imagem que eles fazem da língua inglesa (LI) como *lingua franca* (ILF),<sup>3</sup> usada como instrumento para as pessoas conseguirem melhores condições de trabalho e para se comunicarem em viagens de turismo. Ao mesmo tempo, a LI é identificada como objeto de desejo, de modo que nossos enunciadores venham a receber a certificação de “possuí-la”. Um

---

UFMG, abalizou a atualidade das análises do *corpus* de 2012 e instigou-me a revisitar e reescrever este trabalho.

<sup>2</sup> Análise de Ressonâncias Discursivas em Depoimentos Abertos. Concordo que o método utilizado para a formação do *corpus* apresenta limitações, uma vez que não comporta a interlocução face a face de uma entrevista pessoal que permitiria a técnica da associação livre ou da interrogação necessária à escuta. Um fator limitador foi a dificuldade em agendar entrevistas pessoais com a maioria dos pesquisados, tendo eles preferido, então, fazer as gravações em áudio. Procurei mitigar essa lacuna apresentando um roteiro de perguntas recursivas que levava o respondente a falar do mesmo assunto de formas diferentes. Foi também solicitado que não omitissem nenhuma pergunta.

<sup>3</sup> ILF é o acrônimo utilizado para denominar Inglês como Língua Franca.

segundo efeito que pode ser inferido nas palavras de uma das depoentes é a implicação profissional docente voltada para a universitarização,<sup>4</sup> nos termos dos cientistas educacionais Lourau (2004) e Monceau (2008).

Meu ponto de partida para análise dos depoimentos foi a abordagem de discurso franco-brasileira, que considera o atravessamento da psicanálise, sobretudo, na concepção de subjetividade, concepção esta valiosa para a área de Linguística Aplicada (LA), enquanto também possibilita o diálogo com outros autores dessa área bem como da área de Antropologia Linguística (HELLER, 2010). Primeiramente, apresento a relação do sujeito com o que ele enuncia, fazendo uma exposição da concepção de subjetividade, na qual a noção de sujeito é a de efeito de linguagem. Desse modo, sua relação com as línguas advém de sua história, de suas relações sociais de poder, da ideologia e do inconsciente desejante e singular. Em seguida, sob o título “O pano de fundo que (re)vela os efeitos de identificação dos enunciadores com a LI e com o seu processo de globalização”, discuto os efeitos que (re)velam o processo de globalização no discurso de linguistas que tratam desse assunto. Para isso, aciono as concepções de língua materna, nacional e estrangeira, pano de fundo da análise da constituição dos dizeres de nossos depoentes na interface discursiva e psicanalítica. Finalmente, interrogo “Para quem serve a concepção de *língua franca* (ILF) e quem se torna o prestigiado dono da língua e da formação universitária”, com o objetivo de analisar alguns recortes que me permitiram apreender os efeitos de identificação dos sujeitos com discursos sobre a ILF e sobre a língua *símbolo* e *certificado* a ser possuído por alguns, bem como os efeitos da formação universitária de prestígio como formadora para se permanecer nela também sob o efeito da dupla implicação e sobreimplicação da universitarização.

## 2. A relação do sujeito com o que ele enuncia

Início esta seção ressaltando que, para trabalhar a relação do sujeito com as línguas, objeto deste estudo, é necessário explicitar, nesse foco de análise, a interseção de três acepções de sujeito, conforme propôs Grigoletto (2008): o sujeito da teoria pechêutiana, o da teoria foucaultiana e o da teoria psicanalítica. Para a autora, o sujeito com o qual trabalhamos,

---

<sup>4</sup> Este termo, bem como os termos implicação e sobreimplicação que virão a seguir, serão explicitados mais adiante.

na tensão da aproximação e do distanciamento dessas acepções, é o indivíduo que, tendo a ilusão de ser uno, indiviso, é interpelado em sujeito pela ideologia; é também o sujeito produzido por modos de objetivação, nos quais o poder subjuga e subjetiva; e é o sujeito singular, movido pelo desejo, que se manifesta em equívocos e contradições inconscientes. Esse sujeito se manifesta como efeitos de identificação que são efetivados em atos de tomada de posição (PÊCHEUX, 2002). Nas três propostas, marca Grigoletto (2008), o posicionamento teórico de base é o anti-humanismo, que se distancia do sujeito psicologizante, origem dos sentidos. Para a autora, a relação do sujeito com as línguas se dá de forma multifacetada, ou seja, na

relação atravessada por filiações do sujeito a diversos discursos e que formam seu imaginário sobre as línguas; relação atravessada por filiações do sujeito como sujeito de linguagem, para o qual a língua materna exerce a função de estruturação simbólica pela falta, pois há sempre algo – o real<sup>5</sup> – que não se pode dizer; a linguagem como lugar do Outro<sup>6</sup> para o sujeito; relação que pode ser também permeada pelo desejo das línguas estrangeiras como (possível?) lugar de liberdade do dizer, da não-interdição sofrida na língua dita materna; relação que provoca identificações do sujeito. É, ainda, levar em conta [ ] algumas análises de Foucault, que mostram nas palavras de Pêcheux, o processo de *individuação-normatização* em que diferentes poderes (do Estado, mas também de muitas outras esferas da sociedade) assujeitam os corpos, por subjetivação dos indivíduos, pelo trabalho das tecnologias do eu, para pensar o objeto em situações de ensino e aprendizagem de línguas, mudança de língua (em situação de imigração, por exemplo) ou de políticas linguísticas (GRIGOLETTO, 2008, p. 56).

---

<sup>5</sup> Informo que ambas as notas foram incluídas por mim. Simplificando em demasiado essa noção psicanalítica tratada na obra lacaniana, explico que o ‘Real’ é aquilo que não conseguimos simbolizar em palavras, o contingente, o acaso, o inesperado, lugar do inconsciente e, portanto, da falta constitutiva.

<sup>6</sup> Outro, com “O” maiúsculo, refere-se ao lugar simbólico, à dimensão social, ao banho de cultura que constitui o sujeito do inconsciente, de acordo com o psicanalista Jacques Lacan. “O Outro é, portanto, o lugar onde se constitui o [eu] que fala com aquele que ouve, o que um diz já sendo a resposta, e o outro decidindo, ao ouvi-lo, se esse um falou ou não” (LACAN, 1998, p. 432)

Pensando nessa interseção, considero que o sujeito seja representado na sua relação da língua como comunicação. Esse é um efeito que separa a pessoa da língua e transforma a língua em instrumento para se ter, para se usar, comodificável, portanto, própria para ser comercializada conforme a sua função. Porém, se também considerarmos que a subjetivação acontece por meio da língua, temos o efeito da língua constituindo a pessoa, na sua singularidade, sendo assim, o legado simbólico constitutivo de sua identidade. A partir dessa noção, que é psicanalítica, a língua é a pessoa, porque a linguagem constitui o ser biológico em sujeito de linguagem, alienando-o aos seus efeitos de significação. É o sujeito como efeito do discurso que a linguista Jacqueline Authier (1998, 2004) postula em sua abordagem enunciativa e discursiva, destacando a noção de sujeito que se autorrepresenta como origem do discurso, esquecendo-se de sua clivagem fundamental: aquela que o divide entre o seu inconsciente (o *eu – je* – que irrompe, que não é localizável), de ordem singular, e a determinação social e histórica, portanto, coletiva, representada no *ego*, ou na imagem de um eu (*moi*) completo e intencional. Considerando-se origem do que enuncia, o sujeito-origem toma a linguagem como transparente assegurando-se dono do que diz. Nessa concepção, a linguagem é externa a ele, dando-lhe a ilusão de poder possuí-la. Contudo, na concepção discursiva atravessada pela psicanálise, esse sujeito é efeito-sujeito, efeito de evidência de unidade e de controle do dizer quando aprende sua língua materna e somente imaginariamente pode concebê-la sua. Portanto, essa concepção de subjetividade como efeito-sujeito é a que baliza a minha análise e a problematização dos dizeres dos sujeitos universitários que formaram o *corpus* deste trabalho.

### **3. O pano de fundo que (re)vela os efeitos de identificação dos enunciadores com a LI e com o seu processo de globalização**

Com o objetivo de levantar efeitos de identificação ou tomadas de posição desses sujeitos sobre a língua inglesa, é importante antes fazer algum levantamento de discussões na área de LA sobre o fenômeno de globalização da LI em seu processo de mudança de *status* de língua “possuída” somente pelo “falante nativo” para o *status* de língua compartilhada entre “não nativos” (WIDDOWSON, 1994). Seidlhofer (2003) apresenta a concepção do inglês como ILF da contemporaneidade como um novo fenômeno sociolinguístico. O linguista Rajagopalan

(2011) problematizou o fenômeno cunhado como *World English* e, como veremos mais adiante, encontra dificuldade em explicitá-lo positivamente. Por sua vez, Seidlhofer, em obra posterior, busca apresentar uma definição mais precisa do ILF, qual seja, “qualquer uso do inglês entre falantes de diferentes línguas maternas para quem ele é o meio de comunicação escolhido, e frequentemente, a única opção” (SEIDLHOFER, 2011, p. 7). A autora destaca ainda que o ILF deve ser “funcionalmente e não formalmente definido, [uma vez que] não se trata de uma variedade de inglês, mas, sim, uma maneira variável de usá-lo” (SEIDLHOFER, 2011, p. 77). Outros nomes foram dados ao fenômeno, não interessa, pois, discutir neste texto essas nomeações e suas consequências.

No meu entender, é mister discutir a relação língua materna / língua outra, uma vez que a língua portuguesa (LP) do Brasil é a língua materna dos pesquisados e a língua de aprendizagem; é a língua do Outro ou do estrangeiro. Penso ser necessária, primeiramente, uma explicação da concepção que tenho de língua materna. Problematizo a definição de língua materna como é conhecida em abordagens sociolinguísticas,<sup>7</sup> uma vez que o processo discursivo leva em conta a complexidade dos processos identitários por que passam aprendizes de uma língua outra que não seja a materna, e não há como separar a pessoa da língua.

Com base em Ghiraldelo (2009, p. 26), tomo a LP em três dimensões simultâneas: língua materna, língua nacional e língua oficial, uma vez que “essas três dimensões da LP do Brasil se cruzam, se influenciam, se constituindo de maneira integrada; não [sendo], portanto, blocos monolíticos, fechados e estanques.” Essas dimensões, como bem marca a autora, são imaginárias e representam imagens de uma identidade nacional. Daí a imagem da LP como língua *oficial*, ou *padrão* ou *de Estado*, de natureza política e normativa, se encontrar fortemente ligada ao estatuto de nação, pois esta se constitui quando se torna comum a todos os cidadãos, embora não seja de todos e não passe de uma comunidade imaginada. A língua materna, na abordagem psicanalítica, é aquela (podendo ser mais de uma língua) que banha o sujeito, tecendo seu inconsciente e instaurando o gozo da fala. Já a língua

---

<sup>7</sup> Em sociolinguística, são comuns duas definições para Língua Materna, conforme Ghiraldelo (2009, p. 32): 1) a língua primeira, associada ao falar natural e 2) a língua comum aos indivíduos de uma determinada comunidade, geralmente tomada com o mesmo significado de língua nacional.

nacional é a língua do pai, aquela disseminada pela cultura, que impõe limites e inscreve a castração no sujeito. Uma vez interdita, pela via da castração, a língua materna se manifesta por meio do desejo inconsciente. Irrompe de forma singular na materialidade da língua nacional, por meio de lapsos, atos falhos, deslizes, tropeços, sentidos duplos, esquecimentos e mal-entendidos.

Na aprendizagem de outra(s) língua(s), essa estruturação psíquica básica do sujeito é certamente mobilizada e revela encontros e confrontos ou conflitos entre línguas (REVUZ, 1998). O efeito de identidade do sujeito em relação à língua nacional, incluindo, aí, a língua materna, sofrerá arranjos e desarrajos no encontro / confronto com a língua estrangeira. Isso acontece diferentemente para cada um, e esse efeito, simultaneamente, o de se reconhecer nas regularidades da constituição e do funcionamento da(s) língua(s) nacional(ais) e o de se estranhar em relação a essas regularidades. Se a língua é a pessoa, nos constituindo em seres falantes, ou melhor, em falasseres (*parlêtres*), conforme Lacan (2009), a entrada de fato no banho discursivo de outras línguas pode igualmente nos transformar, ao nos dar a sensação de nos tornarmos um pouco “donos” e mestres dessa língua.

E quando a outra língua, a estrangeira, não é somente nacional, mas internacional e, portanto, vista como efeito da globalização, seus falantes não são necessariamente nativos. Essa língua se torna imaginariamente sem “donos”. Assim, qual é o efeito constituidor dessa língua? O linguista Rajagopalan (2011), quando discutiu o fenômeno *World English* (WE), explicou-o pela negação: o WE não é um “arranjo quebra-galho”; o WE não é um fenômeno passageiro; o WE não é uma forma infantil de falar inglês; o WE não tem falantes nativos; ninguém é dono do WE; o WE não é um conceito excludente; o WE não pode ser compreendido de forma monocêntrica; o WE não é uma língua “natural”, o WE não é caudatário da língua inglesa; e o WE não é uma língua como qualquer outra. Na área de LA, Gimenez *et al.* (2015, p. 604) afirmam que

O que se compartilha, neste caso, é a não natividade do inglês e os sentidos são construídos no momento da interação, tendo em vista a ausência de uma cultura partilhada que dispensa verbalização explícita. Em outras palavras, as formas emergentes surgem da necessidade de negociação dos sentidos e não preexistem ao momento interacional.

Em outras palavras, é um fenômeno que nos leva a indagar para onde caminha o desejo de “dominar” essa língua “sem dono”.

Considerando essa relação de atravessamento no sujeito dos diversos discursos sobre o objeto língua inglesa (LI) e as suas transformações, e principalmente sobre a concepção de *ILF* (GIMENEZ, *et al.*, 2011, 2015; SEIDLHOFER, 2003, 2011) ou de *WE*, conforme problematizou Rajagopalan (2011) (ou ainda internacional, globalizada), e o seu ensino e a aprendizagem no Brasil contemporâneo (GIMENEZ; CALVO; EL KADRI, 2011), esperaríamos encontrar efeitos dessas mudanças nos dizeres dos jovens que estão se formando na universidade como falantes dessa língua e futuros profissionais, sobretudo com relação ao seu ensino. Questiono se eles a consideram como algo “a possuir”, como objeto de desejo, mesmo de *commodity*, atrelado ainda às culturas dominantes de falantes dessa língua ou se conseguem vê-la como língua sem dono, somente como instrumento de interação e negociação de sentidos sem uma cultura subjacente. Gimenez *et al.* (2015) reconhecem que a visão intercultural sem estar atrelada ao falante nativo ainda é um desafio para os cursos de formação de professores. Citam ainda os estudos do sociolinguista filipino Ruanni Tupas (2014, p. 160), que alerta sobre a dificuldade do ensino de “inglês pós-coloniais”, apesar de ser atualmente considerado um imperativo pedagógico. Ele reconhece que “esse imperativo colide com ideologias profundamente arraigadas nos sistemas educacionais ao redor do mundo”. Essas autoras, por sua vez, afirmam que é consenso entre os defensores da formação de professores e de pesquisadores sobre o ILF a necessidade de promoverem-se espaços para a conscientização de que a língua inglesa serve aos mais variados contextos globais. Solicitam que esses profissionais repensem suas práticas e desenvolvam novas atitudes em relação a essa perspectiva.

Embora seja louvável e otimista a proposta desses pesquisadores, o trabalho de *awareness raising* (conscientização) proposto pelos defensores do ILF pode ser problematizado no que se refere à complexidade de uma língua sem dono a partir da concepção da psicanálise. A psicanalista Jutta Prasse (1997) nos lembra que o desejo de saber línguas estrangeiras é o desejo de gozar da língua da mesma forma como goza o Outro, lembrando que a imagem do Outro carrega em si a imagem da natividade. Entretanto, como a condição do sujeito desejante é a falta constitutiva, a não compreensão do que de fato deseja e a invenção constante do seu desejo, ele seguirá no circuito pulsional

em busca do falar (in)atingível, já que falar é dizer do seu próprio desejo. Nas palavras da psicanalista Cristine Revuz, “é sempre navegar à procura de si mesmo com o risco de ver sua palavra capturada pelo discurso do Outro” (REVUZ, 1998, p. 220). A psicanálise nos instiga sempre a nos lembrar que somos efeito de fala do inconsciente e que este advém como efeito de separação entre o simbólico e o real (LACAN, 1985). Em outras palavras, o ser humano sempre diz mais do que sabe, e o que ele diz (da ordem do simbólico) esbarra no enigma do saber inconsciente (da ordem do real).

Considero ainda, nessa constituição subjetiva, a imbricação das três relações apontadas por Grigoletto (2008): os diversos discursos que formam seu imaginário sobre a LI, a estruturação do desejo por essa língua, e o assujeitamento dos seus corpos às diversas formas de poder atribuídas a essa língua e a si como seus possuidores. Assim, nessa concepção, tomamos como pressuposto que esse aluno do curso de Letras da pesquisa é aquele que “escolheu” (sob a ilusão da consciência) a habilitação em LI disposto aos desarranjos e rearranjos identitários por estar mobilizado pelo desejo de exprimir sua realidade de sujeito e de produzir sentido na LI. Minha hipótese é a de que a LI é o seu objeto de desejo, de gozo, e não só o seu “instrumento” de trabalho. Perguntamos, então, diante do fenômeno de internacionalização da língua inglesa, como ela estaria sendo representada por esses sujeitos?

#### **4. Para quem serve a concepção de ILF e quem se torna o prestigiado “dono” da língua e da formação universitária**

Ao serem instigados a falar sobre o conceito de *língua franca* e o que pensam da LI como tal, os depoentes parecem ter se surpreendido, pois, em seus modos de falar, mostraram certa dificuldade em expressar suas definições:

D1: se a pessoa chegar num país que ela não conhece muito a outra língua/ o inglês seria uma maneira de ela conseguir se comunicar eficientemente/

D2: o conceito de língua franca não tá muito claro pra mim//língua franca/o que será que é língua franca/// não sei//

D3: Eu acho que quem aprende inglês como uma língua franca seria/ né/ as pessoas que tenham interesse, que tem um foco específico/ que aprende só porque// quer o trabalho, exige isso/

ou porque está prestando uma prova e precisa saber/ ter uma noção/ou é claramente instrumental/ ela precisa ler textos para um determinado curso/então inglês-por isso ela aprende a língua// D4: É/ então/ eu acho que o conceito de língua franca/ é.../ não é muito claro ainda pra mim// é uma línguaaa que de alguma forma/ tem uma hegemonia// nesse sentido/ língua franca é uma língua que tem um um um poder é.../ né, assim/ economicamente falando/ politicamente falando/ eu acho que sim/ se pensarmos nesse/ dessa forma/ só que eu não sei se é/ eu tô definindo ou tentando definir de uma forma correta...

Destacando que esses narradores estão no final do curso de graduação, vários já lecionam a língua e se consideram satisfeitos com o nível linguístico que alcançaram. Destaco ainda, nas tentativas de apresentar alguma definição, a irrupção do real, que inibe qualquer tentativa de clareza e certeza. Um efeito bastante notável nesses recortes é o distanciamento que eles tomam do objeto *língua franca* não como algo para si, mas para os outros, aqueles que precisam da língua com “interesse e focos específicos... claramente instrumental” (D3); “a pessoa que não conhece muito a outra língua, seria uma maneira de conseguir se comunicar eficientemente” (D1). Não se referem a essa função instrumental da LI para si, levando a inferir que a língua inglesa que eles concebem para si não tem a função de *língua franca*. O conceito desta “*não está ou é muito claro*” (D4, D2) e o que se consegue dizer é não sei ou, então, faz-se *uma* tentativa vã de defini-la *de uma forma correta* (D4). Buscando apreender a complexidade dessa definição, D4 atribui *poder, hegemonia* e valores econômicos e políticos à língua inglesa, ainda assim, de modo distanciado, quando levanta a hipótese de que a LI como *língua franca* é uma das formas de se pensar a LI. Infere-se, por consequência, que há outra(s) forma(s) e alguma pode ser aquela com a qual se identifica. Por outro lado, os narradores talvez não percebam o quanto seus dizeres estão atravessados pelo discurso dos quais procuram se afastar. Como veremos adiante, a língua, que é instrumento profissional econômico para o outro, também o é para os depoentes, mas com outro valor. Mais do que a concepção de *língua franca* como algo difícil de definir, embora útil como instrumento de comunicação técnica, é possível inferir que, na sua concepção de instrumento, ela não é uma aquisição de prestígio, pois a hegemonia ainda está em certas culturas que conferem à LI um prestígio especial.

Tomando esse atravessamento de diversos discursos, poderíamos dizer que naquilo que é dito e no que é silenciado, mas que faz efeito à revelia da intenção do falante, ainda impera um grande fascínio pelas culturas hegemônicas, americana e inglesa, em relação à imagem que os depoentes fazem da sua identidade nacional brasileira (RAJAGOPALAN, 2011). Segundo o autor, a LI é um fetiche com o poder de ser a língua mais prestigiada da América Latina, estando fortemente atrelada a essas duas culturas que mais a divulgam, mesmo considerando a característica transnacional, desvinculada de uma única cultura que a LI carrega, ressalta. Uma língua que não tem essa referência ainda não parece concebível, a não ser como instrumento de obtenção de emprego ou de melhor educação em seu papel de *commodity* no mercado de uma globalização imaginada.

A antropóloga linguística, Monica Heller (2010, p 103), a partir de suas pesquisas, bem como de outros autores, ressalta que, no capitalismo tardio, a expansão das economias políticas já existentes comodificam as línguas de duas maneiras muitas vezes concorrentes: como habilidade técnica inventada para a industrialização e como signo de autenticidade útil como valor agregado para certos nichos de mercado. Isso leva à competição de quem define o que conta como língua legítima e comodificável, o que conta como comodificável e quem controla a produção e a distribuição de recursos linguísticos.<sup>8</sup>

Considerando esse efeito como interpelação ideológica, efeito este, em grande parte, sustentado pelo discurso da mídia, Grigoletto (2008) apresenta esse efeito como tendo um papel importante na construção identitária dos brasileiros. Isso se dá, conforme explicitou a autora, por dupla interpelação: a da necessidade de todos os brasileiros terem conhecimento de inglês e a responsabilização desse sujeito por atender às exigências do mercado. Essa autora aponta ainda, em outra pesquisa (GRIGOLETTO, 2009), uma contradição em relação ao dizer ideológico de que todos os brasileiros devem “ter” conhecimento da língua inglesa. Nesse estudo, ela destaca “sentidos velados de que a língua deveria permanecer conhecida por apenas uma parcela da população” (GRIGOLETTO, 2009, p. 81). Esse efeito de sentido reverbera nos

---

<sup>8</sup> “This leads to competition over who defines what counts as legitimate and commodifiable language, over what counts as such, and over who controls the production and distribution of linguistic resources” (HELLER, 2010, p. 103). (tradução livre)

dizeres de nossos pesquisados, que, ao mesmo tempo em que se imaginam na confortável posição de possuírem a língua inglesa como *símbolo* e *certificado* de *bom profissional* do ensino de línguas e com isso pertencerem a essa parcela privilegiada da população, expressam vontade de galgar patamares mais prestigiados do que aquele de ser, por exemplo, professor de *ensino básico*, profissão *muito cansativa*, *desgastante* e de alunos *indisciplinados* da escola pública. Trago recortes dos depoentes 1 e 2, dos quais destaco a questão profissional:

D2: só por você ter esse símbolo/esse// é como se fosse um certificado de que você é um bom profissional/só porque você tem o inglês/ isso ajuda muito/[ ]dar aula no ensino básico?/ vejo que é muito cansativo mesmo/é desgastante/ os alunos são indisciplinados/e os pais//então/ eu não sei/eu quero dar aula/mas o sonho mesmo é a vida acadêmica// eu QUERIA mesmo era ter um projeto de mestrado/doutorado/dar aula em faculdade/  
 D1: [risos] Não me vejo [como professora de ensino básico]. Minha intenção com o curso de Letras é seguir com minha carreira acadêmica.

O efeito da resposta de D2 é de que ela se considera uma possuidora da língua, mas não para uma atividade que ela identifica como de menor prestígio. Seu conhecimento simbólico a certifica para um mercado profissional como professora, porém mais exigente, na posição de professora universitária. Heller (2010) ressalta que o ensino de línguas se encaminhou cada vez mais para se tornar um recurso a ser produzido, controlado, distribuído, valorizado e restringido, envolvendo-se, assim, em tentar controlar o que conta como língua legítima e quem são os falantes legítimos de um idioma.

Ainda para auxiliar esta análise, referi-me aos estudos do Laboratório de Ciências da Educação de Paris VIII fundado pelo cientista educacional René Lourau, especialista em análise institucional. Gilles Monceau (2008, p. 21), seu sucessor, discute a identidade profissional como uma produção institucional e política que, para ser examinada, deve levar em conta a análise da implicação<sup>9</sup> profissional. Citando

<sup>9</sup> Tentando rastrear os usos epistemológicos, sociológicos, psicológicos da noção de implicação, Lourau (2004, p. 186) destaca que o termo se origina da matemática e do direito, embora seja empregado fora de qualquer contexto teórico. Para ele, há anos o termo compartilha “uma nebulosa ideológica com palavras como *compromisso*,

alguns estudos de análise institucional, Monceau oferece uma definição de implicação, qual seja, “a relação que indivíduos desenvolvem com a instituição” e nela, querendo ou não, o indivíduo é tomado; é implicado pelo lugar que ocupa, mesmo que tenha posições críticas em relação a ela. Diríamos que o sujeito passa a ser falado por ela. Penso, a partir dessa definição, que os alunos que se licenciam numa universidade de prestígio já atingem um reconhecimento diferenciado em seu processo de profissionalização. A sua experiência universitária já lhes possibilita adquirir um saber inconsciente, in(ter)dependentemente do conhecimento que recebem. Eles, nas palavras de Monceau (2008, p. 19) “são convocados a trabalhar suas dificuldades práticas pelo discurso, ao modo do fazer universitário, como se a análise discursiva da prática permitisse fazer evoluir a própria prática.”

D2, por exemplo, demonstra mal-estar ao falar dos alunos do ensino básico, não identifica valorização nessa profissão e toma como base o sonho de seguir a profissão universitária. A depoente D1, por sua vez, não explicita a razão por que não deseja lecionar no ensino básico, naturalizando, assim, o caminho em direção à continuação de sua formação acadêmica e indicando que essa decisão seria uma conclusão óbvia para sua interlocutora.

Segundo a análise institucional, diríamos que esse seria o processo da universitarização da profissão de professor de inglês. O que Monceau chama de universitarização das profissões é o fato de que “a formação profissional se desenvolve cada vez mais na universidade, seguindo a maneira de fazer da universidade” (MONCEAU, 2008, p. 24). Ele ainda coloca o efeito ideológico da sobreimplicação,<sup>10</sup> ou seja, efeito que impede o sujeito de perceber ou analisar sua própria implicação profissional e institucional. Lourau (2004) destaca o quanto intensa e penosa é a atividade de análise da implicação profissional (com

---

*participação, investimento afetivo, motivação, etc.*” Ressalta, porém, em seu texto, “Uma apresentação da Análise Institucional”, que o conceito de implicação que ele usa deve muito às pesquisas de orientação psicanalítica. Nas palavras do autor, esse conceito “requer a análise do saber conscientemente dissimulado e do não-saber inconsciente próprio de nossas relações com a instituição” (LOURAU, 2004, p. 133).

<sup>10</sup> Nas palavras de Lourau (2004, p.190), “a implicação é um nó de relações; não é ‘boa’ (uso voluntarista) nem má (uso jurídico-policialesco). A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do ‘implicar-se’”.

seu aspecto passivo, sempre já existente), justamente porque o trabalho ativo da sobreimplicação é mantê-la camuflada, encoberta.

Com base nessas premissas, é possível que nossos depoentes estejam sob uma dupla interpelação ideológica cujo efeito é o de se sentirem parte da parcela de brasileiros que têm o conhecimento privilegiado da língua inglesa e também parte dessa mesma parcela que tem uma formação acadêmica de ponta. Essa formação de ponta é a que dá condições de almejar uma profissão acadêmica, tendo a língua inglesa como objeto de trabalho. Todavia, nem os formadores (nós, professores universitários), nem os formandos (nossos alunos) dão conta de que, pelo efeito de implicação e sobreimplicação com a maneira de fazer da universidade, se distanciam da maneira de fazer da escola. Esses alunos veem muito mais a possibilidade de dar sequência ao processo de universitarização que, para Monceau (2008), acontece quando o discurso e o fazer do sujeito estão calcados no discurso e no fazer universitário, do que ao processo de se tornarem professores de ensino básico.

## **5. Finalizando...**

Sem deixar de considerar as limitações deste estudo de caso e tendo sido ainda mais reduzido para caber neste artigo, retomo a concepção de efeito-sujeito para problematizar o ensino e a aprendizagem de línguas na contemporaneidade. Como efeito-sujeito agimos pautados pelo saber inconsciente. O saber inconsciente, como vimos, é constituído pelo Outro, dimensão social e ideológica que nos atribui um lugar simbólico que constitui nossa experiência que, ao longo da vida, procuramos singularizar como efeito de nossos desejos, não sem estarmos atravessados por nossos modos de obter satisfação.

Assim, as formas de identificação dos depoentes sugerem a complexa implicação e a dupla interpelação ideológica e inconsciente dos sujeitos aos diversos discursos, entre os quais podemos apontar fragmentos de discursos da mídia, do mercado, da educação, da formação acadêmica, da universidade. Enfim, como parte do processo consciente de profissionalização e aperfeiçoamento de si, atua também, e decisivamente, um inconsciente que nos subjetiva por meio da língua, constituindo o legado simbólico de nossa identidade. Essa sujeição ao discurso não recobre a falta fundante que também instaura o sujeito desejante. Nesse processo que não é somente subjetivo mas sobretudo social, a LI é tomada

como *commodity* de dois modos: como instrumento de uso “externo” ao sujeito pressuposto na ideia do ILF e, portanto, instrumento ou meio de se conseguir melhores empregos e boa comunicação em viagens, e como objeto de desejo, ou seja, língua de posse, atrelada a alguma língua nacional para constituição identitária e profissional, que quem pode possuir é aquele que se certifica, por exemplo, em instituições de prestígio. Os recursos linguísticos que são considerados autênticos, conforme o debate proposto por Heller (2010), estão imbricados na complexa inter-relação da dinâmica regional de classes e do mercado linguístico globalizado que impõem políticas nacionais e supranacionais ao ensino de idiomas.

Já em relação aos efeitos de identificação com a formação acadêmica universitária, esta é aquela que, uma vez adquirida em uma universidade altamente valorizada, é o lugar onde o discente quer permanecer como futuro docente, sentindo-se, desse modo, também mais valorizado. Ao que as análises indicam, prevalece o discurso da universitarização sob efeito da implicação e da sobreimplicação profissional, pois as grandes universidades acabam por formar profissionais e pesquisadores para se autoalimentarem, ao mesmo tempo em que o duplo efeito ideológico os mantém longe da profissão de professores da escola básica para a qual hipoteticamente são formados. Assim, o licenciando se equilibra na linha tênue, quase indistinta, entre o saber inconsciente, que carrega a interpelação das vozes dessa formação, e a liberdade oferecida pelo seu desejo mais singular.

## Referências

AUTHIER, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER, J. *Entre a transparência e a opacidade*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

GHIRALDELO, C. M. Imagens da identidade nacional em discursos sobre a língua portuguesa do Brasil. In: BERTOLDO, E. S. *Ensino e aprendizagem de línguas e a formação do professor: perspectivas discursivas*. São Carlos: Editora Claraluz, 2009. p. 25-49.

GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. *Inglês como língua franca: ensino-aprendizagem e formação de professores*. Campinas: Pontes, 2011.

GIMENEZ, T.; PORFIRIO, L.; EL KADRI, M. S.; CALVO, L. C. S.; SIQUEIRA, D. S. P. Inglês como língua franca: desenvolvimentos recentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 593-619, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-639820157010>

GRIGOLETTO, M. Entremeios da análise do discurso: os desafios dos novos objetos. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). *Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 49-58.

GRIGOLETTO, M. Language and the Media: Discourses about the English Language in the Media. *Polifonia*, Cuiabá, v. 16, n. 19, p. 81-101, 2009.

HELLER, M. The Commodification of Language. *Annual Review of Anthropology*, Atherton, CA, v. 39, p. 101-114, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104951>

HELLER, M.; BOUTET, J. Vers de nouvelles formes de pouvoir langagier? Langue(s) et identité dans la nouvelle économie. *Langue et Société*, Paris, n. 118, p. 5-16, 2006. DOI: <https://doi.org/10.3917/ls.118.0005>

LACAN, J. *O Seminário livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, J. *O Seminário livro 20: mais, ainda*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. Tradução de Ana Paula Jesus de Melo. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 186-198.

LOURAU, R. Uma apresentação da análise institucional. Tradução de Paulo Schneider. In: ALTOÉ, S. (org.) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 128-139.

MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal Revista de Psicologia*, Niterói, v. 20, n. 1, p. 19-26, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000100007>

NEVES, M. S. Processo discursivo e subjetividade na avaliação (inglês) no ensino universitário. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 2, n. 43, p. 249-264, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132004000200004>

PÊCHEUX, *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni. P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PRASSE, J. O desejo das línguas estrangeiras. *Revista Internacional*, Rio de Janeiro, Paris, Nova York, Buenos Aires, n. 1, p. 63-73, 1997.

RAJAGOPALAN, K. O “World-English” – um fenômeno muito mal compreendido. In: GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. (org.). *Inglês como língua franca: ensino-aprendizagem e formação de professores*. Campinas: Pontes, 2011. p. 45-58.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução de Silvana Serrani. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 203-220.

SEIDLHOFER, B. The Global Spread of English. In: SEIDLHOFER, B (org.). *Controversies in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 7-75.

SEIDLHOFER, B. *Understanding English as a Lingua Franca*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SERRANI, S. Resonancias discursivas y cortesía en prácticas de lecto-escritura. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 31-58, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502001000100002>

TUPAS, R. The Unequal Production of Knowledge in the Sociolinguistics of Englishes. In: MARLINA, R.; GIRI, R. A. (org.). *The pedagogy of English as an International Language – Perspectives from Scholars, Teachers and Students*. New York, NY: Springer, 2014. p. 159-174. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-06127-6\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-319-06127-6_11)

WIDDOWSON, H. The Ownership of English. *TESOL Quarterly*, [S.l.], v. 28, p. 377-388, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/3587438>